

A CULTURA ORGANIZACIONAL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS¹

Cristian Santos*

Ao receber o convite da coordenação do SNBU para ministrar essa palestra, fiquei muito estimulado. Divaguei num turbilhão de ideias a respeito do quê e de como deveria me dirigir a vocês. Cheguei a acordar, ensandecido, no meio da madrugada, em busca do bloco de notas. A tensão era tamanha que acabei virando a jarra de água sobre a *Moleskine*, e a ideia, que me parecia genial, simplesmente morreu afogada. Não é fácil para um filho de Oxossi reduzir a agilidade mental. Mas não culpem meu orixá pelas noites mal dormidas.

O tema que me propuseram – cultura organizacional – é complexo demais para ser tratado em 60 minutos, o que já se converte num problemão para qualquer um que queira discuti-lo de forma responsável. Além disso, temo que a minha fala, ainda que adequada, se torne insuportavelmente tediosa a ponto de vocês, se retirarem, bocejando, do auditório, procurando palestrante mais atraente. Pois para evitar esse desastre, tomei duas decisões: primeiro, evitarei citar nome de gente importante para justificar o que penso. Somente o farei em caso de urgência urgentíssima. Segundo, serei absurdamente explícito. Talvez bata o recorde de conferencista mais ligeiro de todas as edições do SNBU.

Começamos pelo princípio. Sem querer me desmentir, tenho que recorrer, desde já, ao conceito de “cultura organizacional”. Pela clareza e pontualidade, optei pela definição de Deal e Kennedy (1982, p. 501, tradução nossa). Para eles, a cultura organizacional não passa do “jeito que nós fazemos as coisas por aqui”. Estou de acordo.

A cultura de uma biblioteca universitária se manifesta por meio de uma série de práticas: seu jeito de selecionar livros, de indexar periódicos, de dispor seu mobiliário, de tratar seus bibliotecários e de atender seus usuários. Mesmo a letargia reiterada deve ser incluída como prática cultural. Também fica implícito que, embora aparentemente homogêneas, as bibliotecas se diferenciam, em maior ou menor grau, exatamente no campo da cultura. Certas bibliotecas universitárias, por exemplo, não oferecem material bibliográfico considerado “estranho” às necessidades da comunidade acadêmica. A Biblioteca Central da UnB (2016), por exemplo, tem por missão “promover e garantir à comunidade universitária o acesso à informação científica e o compartilhamento do conhecimento científico [...], contemplando o ensino, a pesquisa e a extensão.” Ou seja, informação tem gênero e espécie lá pela UnB. Já a Biblioteca Central da UFMG criou, em 2009, por meio de um acervo com mais de seis mil livros, o “Espaço de Leitura” (2016), programa destinado a fomentar a leitura não acadêmica, definida como “lazer qualificado”.

Não se trata, evidentemente, de confrontar estas duas perspectivas culturais, apontando a mais correta, mas de nos perguntarmos: O que faz com que as bibliotecas universitárias assumam posturas distintas? No fundo, estamos nos interrogando a respeito de onde nasce o nosso jeito de fazer as coisas. Penso que as fontes são duas: primeira, as instituições organicamente superiores às nossas bibliotecas, seja a reitoria, o decanato de graduação ou

¹ Palestra apresentada no XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, em Manaus, AM, em outubro de 2016.

* Doutor em Literatura e Práticas Sociais pela Universidade de Brasília. Pós-doutor pela Casa de Rui Barbosa. Foi bibliotecário do Superior Tribunal de Justiça durante 10 anos e atualmente, é bibliotecário da Câmara dos Deputados. E-mail: crijol@gmail.com.

qualquer coisa que o valha; segunda, a própria biblioteca, com uma multiplicidade de crenças, valores, costumes, ritos, cerimônias e redes de comunicação forjada pelos bibliotecários, o pessoal de apoio e outros sujeitos. Longe de ser mera cumpridora das ordens emanadas do lado de fora, a biblioteca é protagonista, inclusive para obedecer, docilmente, tais regras, ou, por meio de uma série de estratégias discursivas, descumpri-las, ainda que de forma diplomática. Pois é desse agrupamento de vozes extra e intramuros que a biblioteca universitária se constitui enquanto entidade cultural.

Portanto, não faz sentido nos perguntarmos se a biblioteca é dotada de uma cultura organizacional, mas se a cultura organizacional atualmente adotada é a mais adequada. É óbvio que só alcanço esse grau de questionamento se reconheço que a cultura de minha instituição pode estar equivocada em um ou mais aspectos. A transformação da cultura organizacional sempre se dá por meio do confronto com o novo. Em algumas situações, o começo da crise e, conseqüentemente, a aposta em soluções, podem se dar com a prática da leitura reflexiva, seja de um livro, seja de uma situação.

Recentemente, visitei o Superior Tribunal de Justiça, local onde trabalhei durante dez anos. Fui recepcionado pela minha ex-chefe com a frase: “Cristian, vejo que você pensa muito. Eu sou mais de agir.” Lamentei, profundamente, a fala e respondi, delicadamente: “Não consigo divorciar o pensamento da ação. Encaro a reflexão como primeiro movimento de um gestor inteligente.” Notei poeira nos pés e, antes de me despedir, os sacudi, discretamente. Se nossas ações gerenciais fossem contempladas do mesmo esmero com que preenchemos planilhas de catalogação, talvez a situação de nossas bibliotecas públicas fosse menos apavorante. As reiteradas edições da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, do Instituto Pró-Livro (2016) registram que a não frequência do brasileiro à biblioteca está dissociada da não existência de bibliotecas. Ele sabe nomear a biblioteca mais próxima da sua casa ou do seu trabalho, mas não a considera nada empática a gente não iniciada. Nosso jeito de administrar bibliotecas públicas não o afeta a ponto de fazê-lo abandonar os amigos ou a *Netflix*.

Pois bem. Embora desconheça diagnósticos sérios das bibliotecas universitárias – creio que eles, sequer, existam –, noto desconforto por parte de alguns colegas corajosos que atuam nesses espaços em relação ao que enfrentam no cotidiano. As reclamações mais recorrentes são orçamentos minguados e falta de pessoal, talvez mero desdobramento da crise econômica. Pois desconfio que a crise da biblioteca universitária brasileira também passa por uma crise cultural profunda.

É que algumas de suas práticas acabam dando a falsa segurança de que nossos desafios centram no incremento do acervo de Direito Previdenciário, na renovação das assinaturas das bases de dados de Medicina e na aquisição, quem sabe, de um super-ultra-mega-poderoso metabuscador. Tirando o problema da falta de dinheiro, para alguns vai tudo bem, obrigado: livros ortodoxamente processados, bibliotecários de referência simpáticos e bem penteados, e salão de leitura bombando, cheio de concurseiros de classe média. Talvez a minha ironia não ecoe neste auditório enquanto verdade. Pois deveria, já que a crise se manifesta aí, nesse quadro de falsa segurança coletiva. Onde muitos vêem os delicados jardins de Giverny, pintados por Monet, alguns enxergam labaredas *à la* Dante Alighieri.

Sem ignorar o impacto orçamentário em nossos produtos e serviços, penso eu que nosso calcanhar de Aquiles é de natureza cultural. Peter Senge (2013), professor do MIT, recorre à expressão grega *metanoia* para designar o conjunto de práticas destinadas a promover mudanças nas mentes dos que atuam em uma instituição. Ele está convencido que novos *softwares* e parafernalias de gestão, tantas vezes vendidos como pacotes soterológicos a bibliotecários desavisados, não produzem qualquer efeito benéfico em uma instituição se o

protagonismo da mudança não recair sobre o capital intelectual. Uma obviedade tem que ser dita: bibliotecários, ou se preferirem, “gente que trabalha com a palavra”, termo usado pelo maestro, ontem à noite, é que decidem o que e quem deve entrar ou permanecer do lado de fora das bibliotecas. Não nego a intervenção de outros atores em nossas práticas, mas ressalto a ampla liberdade por nós exercida no processo de gestão de nossas coleções.

Alguém da plateia pode me questionar: Cristian, você fala em crise na cultura organizacional da biblioteca universitária, mas até agora não entendi bem a que se refere, pontualmente. Acredito que só se possa falar em crise se voltarmos às origens e confrontarmos o que fomos e o que nos tornamos. Em outros termos, o primeiro passo para se diagnosticar possíveis problemas na esfera organizacional de uma biblioteca é recorrer à sua certidão de nascimento, definindo-a, sem titubeios. Pois bem: a *Association of College and Research Libraries*, da *American Library Association* (ALA) (1989), conceitua biblioteca universitária como “uma combinação orgânica de pessoas, coleções e edifícios cujo propósito é ajudar a seus usuários no processo de transformar a informação em conhecimento”.

Se afirmei, categoricamente, que a biblioteca universitária está em crise, estou me reportando, evidentemente, às suas dificuldades em cumprir o seu papel de facilitadora na produção do conhecimento, o que nos reporta, evidentemente, aos seus tripé formativo: pessoas, coleções e edifícios. O professor Aldo Barreto (1994, p. 8) há mais de vinte anos, denunciava que “discursos de informação não traduzidos e não assimilados formam excedentes [...] que não criam riquezas em forma de conhecimento e conduzem apenas a um elevado custo social.”

Pois a pergunta na sequência será: como a biblioteca pode contribuir, efetivamente, com a construção do conhecimento? Mais uma vez, Aldo Barreto (1994, p. 6) nos dá uma pista a esse respeito: “[...] a questão que se coloca agora é a de como se trabalhar com a informação enquanto estruturas significantes, no sentido de direcioná-la ao seu propósito de produtora de conhecimento para a sociedade”. É verdade que já produzimos estruturas significantes: o que seria uma notação na lombada do livro senão uma estrutura significativa? E o que falar do MARC21, objeto de um curso ministrado aqui mesmo, na tarde do último domingo? Faltam mencionar os tesouros, as árvores hiperbólicas e os sistemas de classificação dos oitocentos que ainda fazem um sucesso enorme nas bibliotecas universitárias brasileiras. Felicitações a todos os catalogadores e indexadores presentes, mas esse conjunto de mecanismos já não deveria ressoar com a mesma força de 30 anos. Penso que a crise se encontre, ainda que parcialmente, nesse campo: uma superavaliação da técnica destinada a ordenar acervos físicos e digitais acabou consumindo nossa energia para discutir questões precedentes e nevrálgicas. Será que filtramos o mosquito e engolimos o camelo?

Independente das mecânicas adotadas na construção de estruturas significantes plausíveis para o momento atual, me parece que o caminho a ser trilhado é o da cultura de acessibilidade. Merece esclarecer que perceber a acessibilidade como um conjunto de ações destinadas a cadeirantes e cegos, é de uma estupidez galopante. Acessibilidade é um substantivo feminino, originário de *accessus*, que significa “aproximação, chegada”. Gosto mais do sentido original – *deaccedere*, que significa “mover-se” – pois nos remete, automaticamente, à expressão “mobilidade social”, a qual pode ser atrelada a sustentabilidade, conceito-chave neste Seminário. Afinal de contas, ao ser comedido em consumir água ou ao adotar práticas de gestão que garantam acessibilidade irrestrita aos conteúdos informacionais de minha biblioteca, estou garantido condições concretas de que o outro, tanto no presente quanto no futuro, usufrua destes bens.

No âmbito da biblioteca universitária, a sustentabilidade envolve uma mudança da cultura organizacional, o que, em outros termos, implica abraçar um novo modelo ético

pautado nos três elementos constitutivos de qualquer biblioteca universitária, segundo a ALA: acervos, edifícios e pessoas. A própria Comissão Organizadora reconheceu que não se pode pensar em sustentabilidade da biblioteca universitária sem uma cultura organizacional inteligente, manifesta em processos, recursos e ações relevantes, capaz de contribuir com a missão da instituição de ensino superior. Ora, se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 43, I) estabelece como finalidade da universidade “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”, a biblioteca deve atuar nesse mesmo sentido, dentro daquele tripé: acervos, edificações e pessoal.

Quanto às coleções bibliográficas, minha primeira proposta nasce de uma constatação. O modelo organizacional pautado na oferta de repositórios divididos entre textos monográficos e seriados, ordenados, por sua vez, em dez classes temáticas e classificados por notações criadas no século dos saberes disciplinadores do corpo, perdeu sua razão de ser, pelo menos enquanto estratégia de fomento do conhecimento. Desculpem, mas a ordem de citação proposta por Otlet e Lafontaine gera, no máximo, dupla enxaqueca, vitimando tanto o usuário quanto o pobre do bibliotecário. Já não dá mais para se contentar com o processamento dos estoques de informação serenamente depositados em estantes. A roda da vida gira tanto na Índia quanto no Brasil, meus caros, e a perenidade ilimitada é virtude dos deuses, não das bibliotecas.

Recentemente, em viagem para a Europa, visitei, como de costume, certas bibliotecas universitárias. Fiquei gratamente surpreso ao constatar que muitas delas optaram por um modelo mais simples e inteligente de ordenar suas coleções, abandonando os complicados sistemas de classificação. Em certas bibliotecas da Espanha, Dewey está morto e enterrado. *Requiescat in pace.*

Particularmente, defendo que as coleções sejam ressignificadas a partir da ruptura com as classificações decimais dos oitocentos. No Brasil, isso tem sido feito, sem alarde e com sucesso, pelas grandes livrarias, como a Cultura. Subdivididos em temas, os livros repousam nas estantes, ordenados pelo sobrenome do autor. Qualquer cliente medianamente inteligente se familiariza, em poucos segundos, com o “jeito” de organização da livraria. Já me deparei com usuários demandando a mesma simplicidade e eficácia por parte das bibliotecas, mas me parece que o culto à tradição nos impede de enfrentar, com bravura, a questão.

Não se trata, simplesmente, de facilitar para o usuário a localização do documento desejado, e tampouco, abraçar uma ideia pelo simples fato de ser nova. Na verdade, penso que, a partir daí, podemos repensar a biblioteca universitária como um todo, inclusive os seus espaços físicos. Como? Agrupando parte dos documentos (livros, periódicos, gravações, bases de dados, sites da internet, bibliografias especializadas) pelo tema, secundarizando o formato, por exemplo. Na prática, com a ajuda dos departamentos e institutos, a biblioteca identifica, facilmente, disciplinas de graduação consideradas estratégicas na graduação, e a partir daí modelar um acervo múltiplo e relacional, fisicamente presente ou não.

Imagino um aluno de Engenharia Civil da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) cursando a disciplina “Concreto Protendido”. Ao procurar a biblioteca, ele não se depara com textos básicos e complementares nas estantes do acervo geral, mas lhe é oferecido uma multiplicidade de outras fontes de relevância, tais como cursos *onlines*, contatos de e-mail dos professores e pesquisadores daquela área, listas de blogs e páginas em rede social associado ao tema e bolsas de estágio ou de pesquisa no Brasil e no mundo que possa interessá-lo. Desse modo, passamos a atribuir sentido a essas estruturas significantes, conseguindo, desse modo, criar um ambiente físico propício para a geração do conhecimento.

Contudo, a ressignificação dos espaços físicos e das coleções é sempre precedida da *metanoia*, ou seja, por uma mudança de mentalidade daqueles que gerenciam a biblioteca

universitária. E aqui considero importante apresentar o conceito de sustentabilidade. Afinal de contas, a Comissão Organizadora propôs que as falas produzidas no curso do SNBU em relação às práticas de sustentabilidade estejam em consonância com a perspectiva defendida pelas Nações Unidas. Ela está se reportando, seguramente, ao Relatório Brundland (1987), que define desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações”.

Particularmente não morro de amores por esse conceito. Sou vegetariano e ele me soa por demais antropocêntrico. Prefiro recorrer ao campo etimológico: o termo "sustentável" tem origem no verbo latino *sustentare*, que pode ser traduzido como defender; favorecer, apoiar, conservar, cuidar. De todo modo, seja na definição gramatical ou da ONU, a sustentabilidade deve ser encarada como uma prática ética, não restrita a pauta da biodiversidade. Como não se recordar de Lévinas (1987) ao falar em sustentabilidade? Ao me deparar com o rosto alheio, surge o movimento do Eu, impelido a me comprometer com o Outro. A mudança de mentalidade envolve, portanto, encarar o outro e reconhecer o seu direito de existir, inclusive no espaço público.

O que nos interessa, neste primeiro momento, é averiguar se temos estabelecido simetria entre o eu (a biblioteca) e o outro (o usuário, entendido da forma mais ampla possível). É tentador assumirmos um tom monolítico e totalizante, em defesa do nosso modo tradicional de fazer as coisas. Contudo, não é de todo raro bibliotecários converterem suas instituições em QGs da absurdidade. Semana retrasada, o *Irish Times* (2016) adotou um tom jocoso ao noticiar a fúria de uma turba de bibliotecários frente à automatização de uma biblioteca. Ranganathan deve estar se revirando no túmulo. Cheguei a enviar um *e-mail* a Dublin, sugerindo aos colegas irlandeses que terceirizem o balcão de empréstimo e dediquem seu dia a atividades inteligentes.

Aqui, na *terra brasilis*, também enfrentamos resistência ao Outro. Foi proposta, recentemente, pelo deputado Chico D'Angelo (2016), uma audiência pública, na Câmara dos Deputados, destinada a discutir a possível criação da Biblioteca do Congresso. Infelizmente, embora a audiência tivesse o apoio oficial do Conselho Federal e de doze dos quatorze Conselhos Regionais, o medo nutrido pelo corporativismo de meia dúzia de colegas impediu que o requerimento fosse, sequer, apreciado pela Comissão de Cultura. E passados 145 anos em que Rimbaud (1871) comparou os bibliotecários de sua cidade a gatos preguiçosos e cediços, confortavelmente encravados em suas cadeiras, ainda nos deparamos com tipos malemolentes que, sob o menor risco de mudança, exibem suas garras. O que diria o *enfant terrible* se se deparasse com esses mesmo tipos, portadores de dedos esverdeados de musgo, apregoando, pateticamente, o importante papel social das bibliotecas no coquetel do Dia do Bibliotecário? Uma lástima constatar que alguns dentre nós têm fobia da ágora.

Fico particularmente assustado quando me deparo com um bibliotecário defendendo o seu emprego a partir do rechaço ao novo. “Nada é permanente, salvo a mudança”, já dizia Heráclito, e o escritor irlandês Bernard Shaw era mais radical: “o progresso é impossível sem mudança.” E para os não amantes da Filosofia ou Literatura, dá-lhe Ranganathan: “A biblioteca é um organismo vivo.” Bibliotecas crescem, nascem e, algumas, perecem. *Causa mortis?* Anorexia dialógica. Proponho a vocês valorar os corpos abjetos, expressão da filósofa norteamericana Judith Butler (2005) para se reportar a uma legião de maus sujeitos, tipos indesejados, que trazem assinalados em seus corpos marcas de ausência ou de sobejamento. São deficientes físicos e loucos de toda sorte; são as sapatas e as bichas que dão pinta; são os negros espalhafatosos e os transgêneros; são os usuários fétidos e tarados, que apodrecem o banheiro e se masturbam entre as estantes; são, também, os bibliotecários petulantes que,

mesmo não ocupando cargo de chefia, insistem em dar pitaco no jeito com que as coisas são determinadas pela casta de gente bem nascida e detentora de perfil de gestor já de vidas passadas. Essas figuras, embora ocupem o interior e os arredores da biblioteca universitária brasileira, são, costumeiramente, invisibilizadas por nossas práticas pasteurizadas.

Investir na cidadania, nos direitos humanos, é uma possibilidade, mas não uma vocação. É um erro terrível estabelecer uma simetria entre *arché* e *télos*, ou seja, entre origem e destino. Uma biblioteca não traz em si vocação alguma, nem para a liberdade, nem para a opressão. Sendo assim, ela é capaz de se revelar um oásis de tolerância e descambar, numa determinada gestão, para um fundamentalismo violentíssimo. O negro do sul dos Estados Unidos, impedido de tomar “O Manifesto do Partido Comunista” emprestado, concordará comigo. Se preferir, consulte as mulheres da década de 1940 a respeito dos descritores misóginos encontrados nos catálogos das bibliotecas inglesas. Pergunte a um adolescente brasileiro suburbano, hoje beirando à casa dos quarenta, a respeito da violência simbólica da qual foi vítima, graças ao tom moralista encontrado nos poucos livros que tratavam de homossexualidade na biblioteca que frequentava.

Não podemos confundir investimento nas pessoas com assistencialismo ou caridade cristã. Trata-se de uma estratégia destinada a afastar ou reduzir o caráter anômalo da biblioteca, garantindo-lhe, enquanto retorno, plausibilidade e, por consequência, a sua permanência (o Eu, de Lévinas) a partir do Outro (o marginal). Anteontem, na abertura do SNBU, a reitora da UFAM ressaltou o aumento exponencial de ingressos economicamente vulneráveis na sua instituição, o que tem exigido políticas destinadas a garantir a sua permanência até a conclusão de sua graduação. É nessa mesma linha que a biblioteca pode atuar. Não é de todo raro escutar frases do tipo: “A função de uma biblioteca universitária é dar suporte às atividades de pesquisa, não devendo se envolver em projetos de cunho social.” E outro, lá do alto da torre de cristal, corrobora: “Biblioteconomia social é tarefa da biblioteca pública.”

Para justificar minha discordância, posso evocar o bom senso. Prefiro recorrer ao Código de Ética (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002) que, em seu artigo 3, estabelece como dever do bibliotecário “preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana;”. E haveria uma motivação oriunda da própria universidade para nos motivar a mudar de mentalidade? Se a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) determina, em seu artigo 43, inciso VI, ser tarefa de todo estabelecimento de ensino superior, “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”, principiemos pelos anormais que desfilam pelas estantes, que folheiam as nossas revistas, que povoam os nossos olhares. Queremos erigir uma cultura organizacional sustentável, garantidora de um futuro promissor para as novas levas de marginais que, porventura, venham a surgir. A relação tensa entre centro e margem tende a perdurar, e os anormais estarão lá. Ontem foram os judeus, hoje os gays e amanhã, sabe-se lá Deus. Como o rol de tipos desviantes é longo, resultado da própria arbitrariedade na efetivação dos limites fronteiriços entre centro e margem, escolhi um grupo de anormais, a saber, pessoas com deficiência.

A nova versão da NBR 9050, com suas 148 páginas, que passou a vigorar em outubro do ano passado, deve ser o nosso livro de cabeceira nos próximos meses. Todas as informações concernentes às bibliotecas constam na subseção 10.16, subordinada ao que se designou de “Equipamentos Urbanos”, exceto o mobiliário. Na altura do campeonato, se eu começar a desfiar o rosário de determinações ali constantes, vocês me deixam aqui falando

sozinho. Mas gostaria de ressaltar, apenas, alguns dos seus aspectos: primeiro, as bibliotecas devem permitir o acesso de recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e algum serviço de apoio. Os balcões de referência devem ser instalados na entrada, e bibliotecários taciturnos devem atuar em outras paragens, já que a norma determina que seu rosto deve estar inteira e uniformemente iluminado, facilitando, desse modo, a leitura labial e gestual. Bibliotecários, por mais importantes que sejam, devem permanecer sentados enquanto atendem cadeirantes, garantindo ao usuário vista lateral. A mesma regra serve para terminais de auto atendimento.

É bom ressaltar que se tratam de regras garantidoras de segurança e de autonomia. É claro, tratam-se de estratégias destinadas a garantir que ele exerça plenamente o seu direito de usuário. A largura de 90 cm, no mínimo, para os corredores de estantes, por exemplo, otimiza a possibilidade dele encontrar fontes documentais até então ignoradas.

Sabemos que o acesso à informação é um direito garantido pela Constituição Federal (1988, art. 5, inciso 14). Deficientes estão aqui contemplados. E para assegurar a igualdade dos desiguais, acaba de entrar em vigor a Lei 13.146 (BRASIL, 2015), mais conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Reza o Estatuto que essa pessoa tem resguardada sua plena capacidade civil, podendo exercer sua sexualidade plenamente, decidindo se quer ou não ter filhos e tendo atendimento prioritário no “acesso a informações”. Desconheço história de padres que aconselharam cadeirantes a não transarem ou de médicos que esterilizaram portadores de síndrome de Down. Mas conheço bibliotecários que não atendem, adequadamente, em consonância com a lei, este grupo de cidadãos.

Vejam o que estabelece o legislador a esse respeito, no artigo 7º desta Lei (BRASIL, 2015): “É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.” Portanto, é fundamental, por razões deontológicas e legais já apresentadas, nos ater a essas particularidades que tocam as pessoas, as coleções e os edifícios, ou seja, todos os três elementos configuradores de uma biblioteca universitária, segundo definição da ALA. O Estatuto nos ajuda, preliminarmente, a ficarmos atentos a questões envolvendo acessibilidade de edificação ou de serviços de informação, como sites, bem como a oferta de livros em formatos acessíveis ou de fomento à produção de artigos científicos em Libras.

Bem, é isso. Poderia passar o resto da manhã tratando das relações de empatias e antipatias firmadas em nossas bibliotecas universitárias. Adoraria, por exemplo, ter discutido o meu projeto de se criar, em Brasília, a Biblioteca da Diversidade. Gostaria de terminar com uma constatação, resultante de 16 anos atuando em duas bibliotecas com orçamentos milionários. Bibliotecários bem remunerados e *softwares* caros *made in* Tel Aviv não garantem uma cultura organizacional acessível e sustentável. O que torna a existência de uma biblioteca plausível é, fundamentalmente, a reflexão contínua por parte dos bibliotecários em relação às suas práticas em relação ao outro. Isso garante mobilidade ao outro e permanência à biblioteca. Gratidão!

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES. **Standards for University libraries**: evaluation of performance. Disponível em:

<<http://zbus.rs/cir/pdf/standardi/StandardsForUniversityLibrariesEvaluationOfPerf.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 1-8, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 2 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 4 out. 2016.]

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 4 out. 2016.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução nº 42, de 11 de janeiro de 2002**. Dispõe sobre Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/Resolucao/Resolucao_042-02.pdf>. Acesso em: 4 out. 2016.

D'ANGELO, C. **Projeto de Lei nº 6, de 2016**. Requer a realização pela Comissão de Cultura de audiência pública para fomentar o debate sobre proposta de unificação das Bibliotecas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que passariam a chamar-se de Biblioteca do Congresso Nacional. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1472029.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2016.

DEAL, T. E.; KENNEDY, A. A. **Corporate cultures**: the rites and rituals of corporate life. Reading: Addison-Wesley, 1982.

ESPAÇO de leitura. História. Disponível em: <<https://espacoleituraufmg.wordpress.com/historia/>>. Acesso em: 9 out. 2016.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. Disponível em: <<http://prolivro.org.br/home/index.php/atuacao/25-projetos/pesquisas/3900-pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil-48>>. Acesso em: 9 out. 2016.

LEVINAS, E. **De outro modo que ser, o mas allá de la esencia**. Salamanca: Sígueme, 1987.

O'BRIEN, T. Librarians protest against plans to automate library in Dun Laoghaire. **The Irish Times**, Dublin, 25 Sep. 2016. Disponível em: <<http://www.irishtimes.com/news/social->

[affairs/librarians-protest-against-plans-to-automate-library-in-dun-laoghaire-1.2805067>](#). Acesso em: 7 out. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Our Common Future, From One Earth to One World** [1987]. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ocf-ov.htm#1.2>>. Acesso em: 8 out. 2016.

RIMBAUD, A. Les assis. In: _____. **Réliqueire**: poésies. Paris: L. Génonceaux, 1891. p. 116-118.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina**: a arte e a prática da organização que aprende. 29. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. BIBLIOTECA CENTRAL. **Sobre a BCE**. Disponível em: <<http://www.bce.unb.br/sobre-a-bce/>>. Acesso em: 12 out. 2016.